



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

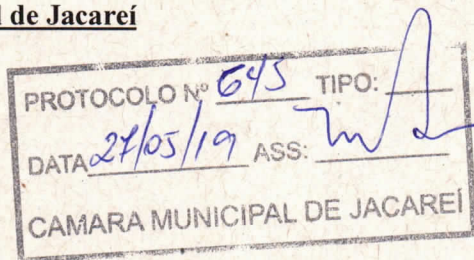


Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente - GAEMA
Núcleo Paraíba do Sul

São José dos Campos, 15 de maio de 2019.

Ofício nº 503/2019 – GAEMA Núcleo Paraíba do Sul

Ref.: Requerimento nº 73/19, da Câmara Municipal de Jacareí



Senhor Presidente,

Pelo presente informo a V. Exa. que em relação à empresa Tonolli do Brasil Indústria e Comercio de Metais Ltda há três processos judiciais na comarca de Jacareí: nº 0007571-93.1998.8.26.0292 (cumprimento de sentença da multa), nº 0008741-61.2002.8.26.0292 (cautelar de indisponibilidade de bens) e nº 0007200-31.2018.8.26.0292 (cumprimento da sentença da obrigação de fazer).

Referidos feitos são públicos e podem ser consultados em juízo ou, no tocante ao procedimento mais recente, por meio do sistema eletrônico *e-saj*.

Segue anexa, para conhecimento dessa Casa Legislativa, a manifestação do Ministério Público para Cumprimento de Sentença de Obrigação de Fazer.

Com votos de consideração e apreço, subscrevo-me.

Atenciosamente,

LAERTE FERNANDO LEVAI

Promotor de Justiça do GAEMA

Núcleo Paraíba do Sul

Excelentíssimo Senhor

ABNER DE MADUREIRA

**DD. Vereador Presidente da Câmara Municipal de
JACAREÍ**



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA ____ VARA CÍVEL DA
COMARCA DE JACAREÍ-SP

Autos principais n. 0007571-93.1998.8.26.0292

000 4200 - 31.2018.8.26.0292

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO vem perante Vossa Excelência, por meio do Promotor de Justiça que esta subscreve, com fulcro nos artigos 815 e seguintes do Código de Processo Civil e artigo 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/85, propor **CUMPRIMENTO DE SENTENÇA DE OBRIGAÇÃO DE FAZER**, em face de

TONOLLI DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE METAIS LTDA.,

pessoa jurídica, portadora do CNPJ nº 59.990.625/0010-93, com sede na Rua Jaguari, n. 701, Térreo, sala 01, Bairro Cherp, Bragança Paulista, São Paulo CEP 12904-190, pelos motivos que passa a expor.

I – DOS FATOS

Conforme se observa dos autos da Ação Civil Pública n. 0007571-93.1998.8.26.0292, que tramita desde o ano de 1998, aos 09 de agosto do no ano de 2010, Ministério Público, Prefeitura Municipal de Jacareí e a empresa Tonolli do Brasil Indústria e Comércio Ltda formularam acordo



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

com vistas a solucionar os problemas ambientais causados pela disposição inadequada de resíduos sólidos (escória de chumbo) na área de sua fábrica (fls. 4484/4479 e fls. 4560/4561) e por fim ao processo de conhecimento. A homologação judicial se deu por meio da sentença proferida aos 09 de agosto de 2010.

O acordo previu as seguintes etapas e prazos de cumprimento:

1 – Prazo de 24 meses para a remoção dos equipamentos e adequação do galpão, preparo das atuais instalações para recebimento dos resíduos depositados no local;

2 – Prazo de 24 meses para a transferência de resíduos depositados no local para dentro do galpão reformado;

3 – Prazo de 36 meses para remoção total dos resíduos depositados no galpão e sua destinação final.

O prazo total para cumprimento integral do acordo seria de 84 meses, contados da homologação, de forma subsequente, ou seja, um iniciava após o termino do outro. **Desta forma, o prazo final para cumprimento das obrigações se deu em agosto de 2017.**

Já em meados de 2011 a empresa sinalizava que não cumpriria o acordo a contento e nos prazos acordados (fls. 5069/5079). Ressaltou o Ministério Público, à época, o descumprimento da "ETAPA C", consistente na obrigação prevista no item C.1: "investigação detalhada de toda área da fábrica e entorno no raio de um quilômetro visando verificar eventual contaminação do solo e águas subterrâneas, com a devida avaliação de risco e a apresentação de detalhadas análises dos parâmetros a serem definidas pela CETESB" (fls. 5191/5202).



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Conforme Informação Técnica n. 075/11/CJS encaminhada pela CETESB, datada de outubro de 2011, as etapas C1 e D do acordo encontravam-se pendentes, enquanto as etapas A1 e A2 sequer haviam iniciado.

Em outubro de 2012, o parecer técnico elaborado pela assistência técnica do MP, ressaltou que o prazo de 24 meses para conclusão das etapas A1 e A2 havia expirado em 09 de agosto de 2012 e as etapas não haviam sido concluídas. Da mesma forma, a etapa C1 cujo prazo de conclusão era 09 de dezembro de 2010 também não havia sido concluída.

Em julho de 2013, o órgão ambiental novamente demonstrou preocupação com o cumprimento pela executada aos prazos do acordo, já que sequer a primeira etapa havia sido concluída (investigação do passivo e as ações de higienização e de remediação das áreas externas).

Já em novembro de 2016, próximo ao término do prazo para conclusão das etapas do acordo, a CETESB encaminhou a Informação Técnica n. 389/16/CMP constando:

ETAPAS A e A.1: Adequação do galpão industrial para armazenamento dos resíduos (PRAZO 18 MESES) e desmontagem e deslocamentos dos equipamentos do galpão industrial. **SITUAÇÃO:** Atendida parcialmente, pois a empresa não finalizou a desmobilização total dos equipamentos.

ETAPA A.2: Revisão e recuperação do piso do galpão e piso externo; adequação da drenagem de águas pluviais; operação da estação de tratamento das águas (PRAZO 18 MESES). **SITUAÇÃO:** Não finalizou a recuperação do galpão. A recuperação do piso externo sequer foi iniciada. A estação de tratamento de efluente chegou a operar, mas no ano de 2016 encontrava-se parada.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

ETAPA A.3: Remoção dos resíduos para o galpão industrial (PRAZO DE 30 MESES). **SITUAÇÃO: NÃO FOI INICIADA.**

ETAPA B: Disposição final do resíduo conforme Avaliação de Riscos à Saúde Humana. **SITUAÇÃO: NÃO FOI INICIADA.**

ETAPA C.1: Realização de investigação detalhada/avaliação de risco e plano de intervenção (Prazo de 6 meses). **SITUAÇÃO:** Realizou apenas a investigação confirmatória e não conduziu a continuidade dos estudos, o que resultou na aplicação de oito penalidades pelo órgão ambiental.

ETAPA C.2: Remediação consubstanciada na avaliação de risco à saúde humana. **SITUAÇÃO: NÃO FOI INICIADA.**

ETAPA D: Ações de higienização e de remediação de áreas externas (PRAZO: 16 MESES). **SITUAÇÃO: NÃO FOI INICIADA.**

Conclui o órgão ambiental mencionando que ***"as últimas vistorias realizadas na empresa, especificamente aquelas após 2015, demonstraram a total falta de comprometimento da empresa nas ações previstas no cronograma que, inclusive, vem atingindo também até as ações de controle mais simples também exigidas pela CETESB, como a manutenção da cobertura das pilhas de escória de chumbo e a operação da estação de tratamento das águas pluviais, pois encontram-se praticamente abandonadas" (fls. 6214/6220).***

Passados sete anos da assinatura do acordo foi realizada vistoria conjunta da Prefeitura com a CETESB, aos 30 de maio de 2017.

Naquela Informação Técnica, juntada a fls. 6271, os órgãos concluíram:



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

"Foi realizado caminhamento pela área da empresa e foi possível constatar que a mesma área está em situação de abandono. Galpões em ruínas e equipamentos abandonados e sucateados.

Constatado que a cobertura de um galpão foi removida, o piso não foi devidamente revisado e recuperado para suportar o recebimento das pilhas de escória (resíduos) previsto no item A.2 da etapa A do acordo.

As pilhas de escória continuam depositadas nos pátios externos e sem o devido recobrimento. Não foi constatada a remoção de todo o resíduo industrial disposto no solo da fábrica, sem prévia britagem, com disposição sobre a área impermeabilizada em galpão coberto, conforme previsto no item A.3 do acordo.

Não foi constatado direcionamento de águas pluviais para a estação de tratamento.

Não foi constatado o cumprimento da etapa B do cronograma.

Segundo informações do Engenheiro da CETESB não foi evidenciado pela empresa o cumprimento da etapa C que refere a investigação detalhada de toda a área da fábrica e entorno no raio de 1.000 m visando verificar eventual contaminação do solo e águas subterrâneas.

Constatamos que o acordo não foi cumprido".

Oportunizada a justificativa do executado para o descumprimento do pactuado, a partir de outubro de 2017 as



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

manifestações da empresa ré cingiram-se a nomear procurador nos autos, informar a recuperação judicial e solicitar o sobrestamento do feito, evidenciando que nada mais estava sendo feito no intuito de dar cumprimento ao acordo avençado (fls. 6.280/6.281, 6.292/6.305, 6.317/6.321, 6.323/6.325, 6.331/6.333).

Conclui-se, portanto, que desde a assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta firmado pelo Ministério Público, com prazo final para recuperação da área em agosto de 2017, a executada jamais concluiu até mesmo a primeira etapa prevista, aumentando ainda mais os danos ocasionados no local descumprindo, dessa forma, o acordo firmado.

Assim sendo, houve a propositura de cumprimento de sentença por quantia certa, que tramita nos mesmos autos da ação principal.

Portanto, faz-se necessário o cumprimento da **obrigação de fazer**, nos termos pactuados no título executivo judicial ora executado.

II - DO TÍTULO EXECUTIVO E DA EXECUÇÃO

O artigo 515, II do Código de Processo Civil estabelece:

"Art. 515. São títulos executivos judiciais, cujo cumprimento dar-se-á de acordo com os artigos previstos neste Título:

(...)

II - a decisão homologatória de autocomposição judicial;"

No caso em tela, a Executada se comprometeu ao cumprimento de diversas obrigações de fazer, sob pena de multa diária de R\$ 1.000,00 (mil reais).



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

No que tange a multa, já fora proposto cumprimento de sentença que tramita nos mesmos autos da ação principal.

Por outro lado, a **obrigação de fazer** não fora realizada integralmente pela executada até o presente momento. Desde o ano de 2015 a executada alega motivos de ordem financeira para não cumprir a avença e as exigências do órgão ambiental. Outrossim, não se ignora que atualmente encontra-se em fase de recuperação judicial.

Exatamente por tais razões, entende o Ministério Público que a satisfação da obrigação deve se dar por terceiro à custa da executada, como estabelece o artigo 816 do CPC:

Art. 816. Se o executado não satisfizer a obrigação no prazo designado, é lícito ao exequente, nos próprios autos do processo, requerer a satisfação da obrigação à custa do executado ou perdas e danos, hipótese em que se converterá em indenização.

Parágrafo único. O valor das perdas e danos será apurado em liquidação, seguindo-se a execução para cobrança de quantia certa.

O que, inclusive, é permitido pela atual disciplina do cumprimento da obrigação de fazer.

Nesse sentido:

Art. 536. No cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer ou de não fazer, o juiz poderá, de ofício ou a requerimento, para a efetivação da tutela específica ou a obtenção de tutela pelo resultado prático equivalente, determinar as medidas necessárias à satisfação do exequente.

§ 1º Para atender ao disposto no caput, o juiz poderá determinar, entre outras medidas, a imposição de multa, a busca e apreensão, a remoção



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

de pessoas e coisas, o desfazimento de obras e o impedimento de atividade nociva, podendo, caso necessário, requisitar o auxílio de força policial.

Assim, em outras palavras, pode o credor optar pela execução específica, requerendo que ela seja executada por terceiro, à custa do devedor.

No caso dos autos, **entende o Ministério Público que a Fazenda Pública Municipal é o ente capaz de promover as medidas de recuperação da área nos termos do acordo, garantindo-se o direito de regresso em detrimento da executada.**

Inclusive, neste ponto, ressalva-se que, no acordo entabulado entre as partes, a executada ofertou como garantia da efetividade das obrigações ajustadas o patrimônio indisponibilizado na ação cautelar n. 1.138/02, **inclusive a área sede da empresa.**

E quanto ao dano ambiental, o que mais preocupa é o fato de que ainda não se sabe sequer até onde chega a contaminação, uma vez que a etapa da investigação detalhada sequer foi concluída.

Certo é que, além do meio ambiente, o descumprimento das obrigações pactuadas pode onerar a saúde pública dos munícipes, conforme inclusive noticiado no Parecer Técnico de fls. 5.395:

1 – risco de contaminação de pessoas que realizem trabalhos manuais de jardinagem e/ou cultivem hortaliças nas instalações da clínica “Desafio Jovem”, em função da concentração de metais constatados no solo;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

2 – risco de contaminação humana pelo consumo de frutos e vegetais produzidos na chácara localizada em frente à indústria;

3 – risco de contaminação humana pelo consumo de hortaliças produzidas nas hortas vizinhas à indústria e contaminação animal pelo consumo de pastagem contaminada;

4 – conveniência de realização de exames de sangue na população do entorno da Enoli, para avaliação dos níveis de plumbemia;

5 – conveniência da proibição do uso das águas dos Lagos do Sítio Ideocondo e das águas do Córrego da Divisa para irrigação das hortas vizinhas.

O único ente que detém alguma condição de promover essa remediação em benefício da população de Jacaré é a Fazenda Municipal, que acompanha o caso.

Por outro lado, caso nada seja feito, isso acarretará no futuro maiores gastos ao próprio ente federativo com os tratamentos médicos dos que certamente irão adoecer por conta do chumbo que está sendo absorvido pela terra e pela água e, por consequência, repassado a alimentos produzidos nas imediações e consumidos.

Desse modo, necessário o ajuizamento deste cumprimento de sentença com vistas a determinar que a Fazenda Pública do Município, garantindo-se, por óbvio, os seus direitos de regresso em detrimento da executada, inicie a reparação ambiental decorrente do depósito irregular mediante retirada e correta destinação do entulho e descontaminação do solo, subsolo e recuperação dos recursos hídricos, seguindo as diretrizes estabelecidas pela CETESB.

III – DO PEDIDO:



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Assim sendo, requer-se:

1. A intimação da Executada, com a autorização judicial do § 2º do artigo 212 do Código de Processo Civil, para o cumprimento imediato as obrigações de fazer pactuadas no acordo judicial ora executado, sob pena de multa, nos termos do artigo 536 e seguintes do CPC;
2. A intimação do Município de Jacareí, para que, manifeste-se sob a possibilidade de adotar as medias pactuadas no acordo judicial para fins de recuperação da área, sob supervisão da CETESB, à custa do executado, RESSALTANDO-SE INCLUSIVE QUE A EXECUTADA OFERTOU COMO GARANTIA DA EFETIVIDADE DAS OBRIGAÇÕES AJUSTADAS O PATRIMÔNIO INDISPONIBILIZADO NA AÇÃO CAUTELAR N. 1.138/02, INCLUSIVE A ÁREA SEDE DA EMPRESA;

IV- DOS REQUERIMENTOS FINAIS

Ante o exposto, requer o autor, por fim:

1. A dispensa do pagamento de custas, emolumentos e outros encargos, desde logo, à vista do disposto no artigo 18, da Lei nº 7.347/85, e no artigo 87, do Código de Defesa do Consumidor;
2. A realização de suas intimações dos atos e termos processuais, na forma do art. 180 c.c. 183, §1º, do Código de Processo Civil;
3. Pugna-se pela produção de todas as provas admitidas em Direito, notadamente documentos, depoimento pessoal, oitiva de



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

testemunhas, realização de perícias e inspeções judiciais, bem como, a inversão do ônus da prova, nos termos do artigo 6º, inciso VIII, da Lei 8.078/90, c.c. art. 21 da Lei 7.347/1985.

Termos em que,

Pede Deferimento.

São José dos Campos, data do protocolo.

LAERTE FERNANDO LEVAI
PROMOTOR DE JUSTIÇA – GAEMA/NPS

GLAUCIA R. S. MELLADO
ANALISTA JURÍDICA – GAEMA/NPS